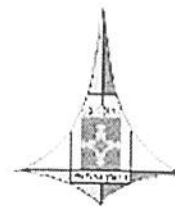


Aquilar

CONTRATO Nº 042/2014 – AJUR/ FHB,
que entre si celebram a FUNDAÇÃO
HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a
empresa LINKCINCO SOLUÇÕES EM
INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Diretora Presidente **BEATRIZ MAC DOWELL SOARES**, brasileira, casada, médica, portadora do CPF/MF nº 307.615.067-72 e da Carteira de Identidade nº 2.994.650-SSP/RJ, residente e domiciliada nesta Capital, e de outro lado, a empresa **LINKCINCO SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.143.489/0001-08, com sede à SHIN CA 07 Bloco G Loja 106 – Lago Norte – Brasília/DF, CEP: 71.503-507, Telefone: (61) 3468-6349, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **RAFAEL CAMPOS PEREIRA**, brasileiro, solteiro, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2220923 SSP-DF e do CPF nº 004.414.611-66, tendo em vista o que consta no **Processo nº 063.000.248/2013**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si justo e acertado a celebração do presente **CONTRATO DE SOLUÇÃO DE ANTIVÍRUS CORPORATIVO** na forma das condições e cláusulas seguintes.





CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, este de nº 0169/2014 – da SULIC/SEPLAN (fls. 291 a 331), da Proposta fls. 387/388, da Lei nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/05, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto do Distrito Federal 25.966/05 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Decretos Distritais nº 26.851/2006, 31.085/2009, 33.243/2011, 34.518/2013, bem como as demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas no Ato Convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de solução de antivírus corporativo, provendo proteção a 320 (trezentas e vinte) máquinas (estações de trabalho, notebooks e servidores), com garantia de atualização contínua por 24 meses, suporte técnico on-site 24x7 em Brasília (DF) e repasse de conhecimento de toda a solução, conforme detalhamento contido na Nota de Empenho Nº 2014NE00510 (fl.415) e especificações técnicas a seguir:

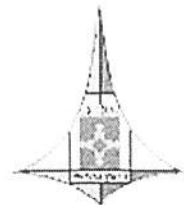
2.1. Solução de antivírus corporativo, devendo incluir sistema de gestão centralizado para gerenciamento e administração de toda a solução, com garantia de atualização contínua e com suporte técnico pelo período de vigência do contrato, consistindo em:

2.1.1. Proteção para 320 (trezentas e vinte) máquinas, distribuídas da seguinte forma: 277 (duzentos e setenta e sete) computadores, 23 (vinte e três) notebooks e 20 (vinte) servidores, incluindo todos os softwares, licenças e atualizações;

2.1.2. Proteção de estações de trabalho Windows XP, Vista, 7 ou superior (arquitetura 32 ou 64 bits);

2.1.3. Proteção de servidores Windows Server 2003, 2008 ou superior (qualquer edição e arquitetura 32 ou 64 bits), e Linux na distribuição CentOS 5.5 ou superior (arquiteturas de 32 ou 64 bits);





2.1.4. Módulos de gerenciamento, incluindo todos os softwares e licenças necessárias para o funcionamento da solução;

2.1.5. Suporte técnico on-site 24x7 em Brasília (DF);

2.1.6. Repasse de conhecimento de toda a solução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total do Contrato é de R\$ 23.300,00 (vinte e três mil trezentos reais), sendo alocado para o corrente exercício o valor de 5.824,98 (cinco mil oitocentos e vinte quatro reais e noventa e oito centavos), e o restante para o próximo exercício, conforme Nota de Empenho Nº 2014NE00510 (fl.415), nos termos da correspondente lei orçamentária anual, correndo as despesas por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

I- Unidade Orçamentária: 23901;

II- Programa de trabalho: 10126600725572603;

III- Elemento de Despesa: 33.90.39;

IV- Fonte de Recurso: 100.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

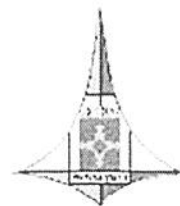
A prestação de serviços ocorrerá na Fundação Hemocentro de Brasília, endereço SMHN Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, CEP 70.710-908, Brasília/DF (fls. 425/426).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O início da prestação dos serviços se dará pela emissão de Nota de Serviço que será emitida pela Fundação Hemocentro de Brasília após a assinatura e publicação do contrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A forma de fornecimento deverá seguir as etapas previstas no Termo de Referência conforme descreve os itens abaixo, bem como seus subitens:

4.1 TESTES DE VERIFICAÇÃO PRELIMINAR;





4.2 MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO ATUAL;

4.3 REPASSE DE CONHECIMENTO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, conforme apresentação de Nota Fiscal Eletrônica e de documentos adicionais exigidos em lei, discriminando o serviço efetivamente prestado, acompanhada do atesto de conformidade firmado pelo gestor do contrato, que só o fará mediante cumprimento de todas as obrigações pactuadas, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter o nome do banco, o número de sua conta bancária e respectiva agência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade fiscal para com a Fazenda do Distrito Federal, Seguridade Social (CND), ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

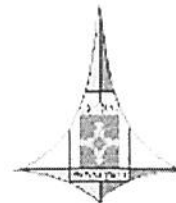
CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte quatro) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1 A garantia para a execução do Contrato será prestada conforme previsão constante do Edital, fl. 305, na forma de:

I – caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia; ou,

III – fiança bancária.

7.2 A garantia será de 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme §2º. Art. 56 da Lei nº 8.666/93.

7.3 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827, do Código Civil de 2002.

7.4 Toda e qualquer quantia prestada pela licitante:

I. Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

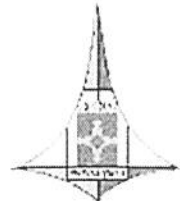
II. Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

III. Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas e/ou judiciais;

IV. Será liberada mediante pedido por escrito pelo contratado.

7.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da Nota de Empenho emitida.





CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FHB durante a vigência do contrato:

- 8.1 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- 8.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;
- 8.3 Informar a CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;
- 8.4 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas na execução do objeto do contrato;
- 8.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- 8.6 Designar um servidor para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto;
- 8.7 Para os serviços inclusos no período de garantia do objeto, a CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos habilitados e identificados da CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos. Esses técnicos ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da CONTRATANTE, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

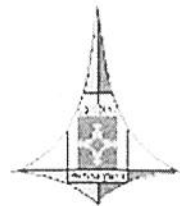
- 9.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar o objeto em questão, especialmente, o suporte requerido para a solução;
- 9.2 Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais;





- 9.3 Caberá à CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução empregada;
- 9.4 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade técnica verificada no decorrer da prestação dos serviços, que possa impactar no desempenho dos serviços, objeto da contratação;
- 9.5 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, necessárias para que todos os níveis de serviços acordados sejam cumpridos;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 9.7 A Contratada deverá aceitar a Fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus servidores/técnicos ou por terceiros, por este constituído;
- 9.8 Manter os seus profissionais uniformizados e identificados por crachás, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente aquele que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE;
- 9.9 Manter Preposto, aceito pela Administração, credenciado por escrito, idôneo, com poderes de decisão, para representar a CONTRATADA, durante todo o período de vigência do contrato;
- 9.10 Todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de TI da CONTRATANTE deverão ser rigorosamente observados por todo pessoal da CONTRATADA;
- 9.11 A CONTRATADA deverá atender a todas as disposições do Termo de Referência e seus Anexos, os quais são partes integrantes do Contrato.





CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital de Licitação, descontada da garantia oferecida ou pleiteada judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

10.1 Das Espécies.

10.1.1 As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006:

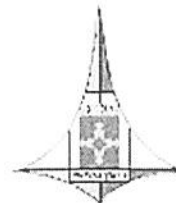
I – advertência;

II – multa; e

III – suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas





previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 Da Advertência

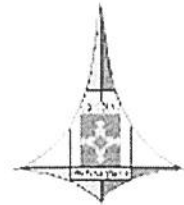
10.2.1 A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

- I - pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II – pelo ordenador de despesas da FHB se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.3 Da Multa

10.3.1 A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas da FHB, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:





I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da FHB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

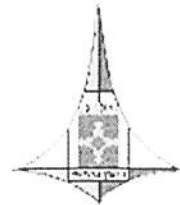
10.3.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.





10.3.3 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

10.3.4 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.3.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

10.3.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 10.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

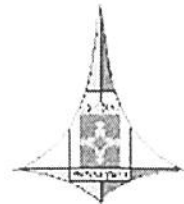
10.3.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 10.3.1.

10.3.8 A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 10.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

10.4 Da Suspensão

10.4.1 A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a FHB, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:





I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

10.4.2 A penalidade de suspensão será aplicada pela autoridade competente da FHB.

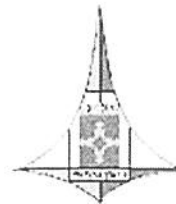
I - As penalidades serão aplicadas em caso descumprimento das obrigações no âmbito do procedimento licitatório e na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.4.3 A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.4.4 O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

10.5 Da Declaração de Inidoneidade





10.5.1 A declaração de inidoneidade será aplicada pelo (a) Diretor (a) Presidente da FHB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.5.2 A declaração de inidoneidade prevista neste item 10.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a contratada ressarcir a FHB pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

10.5.3 A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.6 Das Demais Penalidades

10.6.1 As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 10.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 10.4.3 e 10.4.4.

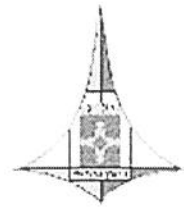
10.6.2 As sanções previstas nos subitens 10.4 e 10.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.





10.7 Do Direito de Defesa

10.7.1 É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

10.7.2 O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento do recurso sob pena de responsabilidade.

10.7.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

10.7.4 Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

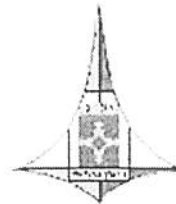
II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

10.7.5 Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.





10.7.6 Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 10.2 e 10.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.8 Do Assentamento em Registros

10.8.1 Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

10.8.2 As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

10.9 Da Sujeição a Perdas e Danos

10.9.1 Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste Edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à FHB pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.10 Disposições Complementares

10.10.1 As sanções previstas nos subitens 10.2, 10.3 e 10.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas da FHB.

10.10.2 Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente na FHB.

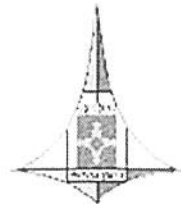
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Toda e qualquer alteração deste Contrato deve observância à forma preconizada no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, mediante Termo Aditivo próprio que não lhe altere o objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da FHB, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital e seus Anexos, observado o disposto nos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FHB

Os débitos da Contratada para com a FHB, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO EXECUTOR

A FHB, por meio de ato próprio, e com amparo no art. 67 da Lei nº 8.666/93, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal

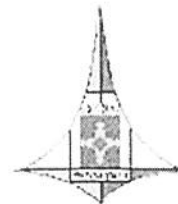
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela FHB, na Imprensa Oficial do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo Único, do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.






PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.


E assim, por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente CONTRATO, em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, 12 de agosto de 2014.



BEATRIZ MAC DOWELL SOARES
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA

Diretora Presidente



RAFAEL CAMPOS PEREIRA
LINKCINCO SOLUÇÕES EM
INFORMÁTICA LTDA

Representante da Contratada

Testemunhas:

1ª – Nome: _____

2ª – Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



CENTRAL DE COMPRAS

ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 213/2014

Informe que referente ao resultado de Julgamento do Pregão Eletrônico por SRP nº 213/2014, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Seção 3, página 56 de 15 de agosto de 2014, nos campos onde se lê "... 7 (R\$ 66,00) ... 14 (R\$ 76,39) ... 18 (R\$ 76,34) ...", leia-se "... 7 (R\$ 65,90) ... 14 (R\$ 76,30) ... 18 (R\$ 76,30) ...".

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2014

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: LINKINCO SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA. CNPJ 07.143.489/0001-08. Objeto: Contratação de solução de antivírus corporativo, provendo proteção a 320 (trezentas e vinte) máquinas (estações de trabalho, notebooks e servidores), com garantia de atualização contínua por 24 meses, suporte técnico on-site 24x7 em Brasília (DF) e repasse de conhecimento de toda a solução. Processo 063.000.248/2013. Nota de Empenho: UG – 170202, Gestão – 17202, Número de Empenho – 2014NE00510 (Valor da NE: R\$ 5.824,98 – cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos - Programa de Trabalho: 10.126.6007.2557.2603. Natureza da Despesa: 33.90.39. Fonte de recursos: 100. Licitação: Pregão Eletrônico e seus Anexos de nº 0169/2014 – SULIC/SEPLAN. Vigência: O Contrato vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura e eficácia, com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 23.300,00 (vinte e três mil trezentos reais). Assinam: Pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares – Diretora Presidente e pela Contratada Rafael Campos Pereira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2014

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: CINCO – CONFIANÇA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CNPJ 05.075.964/0001-12. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para aquisição de FREEZER, Características Mínimas: Temperatura pré-ajustada em -30 °C, com controle microprocessado, painel de controle com display de temperatura digital e termômetro gráfico, para facilitar a visualização das condições internas de temperatura, ajuste de temperatura com chave de segurança de posição tripla que permite o travamento do painel de controle – ITEM 4, 9 unidades, e refrigerador para conservação de sangue, Características Técnicas Mínimas: Temperatura pré-ajustada em 4°C, com faixa de temperatura de + 2°C a + 6°C, fornecido com registrador gráfico de temperatura e contato para alarme remoto de série, porta de vidro duplo com tranca e fechamento automático, iluminação interna com lâmpada tipo LED para fácil visualização – ITEM 8, 7 unidades. Processo 063.000.159/2013. Nota de Empenho: UG – 170202, Gestão – 17202, Número – 2014NE00508, Valor da NE: R\$ 496.442,00 (quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais). Licitação: Pregão Eletrônico nº 050/2014-Subsecretaria de Licitações e Compras. Vigência: O contrato vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura e eficácia, com a respectiva publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. Valor total: O valor total do contrato é de R\$ 496.442,00 (quatrocentos e noventa e seis mil e quatrocentos e quarenta e dois reais). Programa de Trabalho: 10.303.6202.4081.0001. Natureza da Despesa: 44.90.52. Fonte de recursos: 138. Assinam: Pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares – Diretora Presidente e pela Contratada Tiago Taunay Perez

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2012

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: TRILOG PROJETOS E SOLUÇÕES LTDA-ME. CNPJ 05.085.860/0001-99. Objeto: Objetiva prorrogar o prazo de vigência do Contrato originário por mais 12 (doze) meses. Processo 063.000.591/2011. Valor: O valor para cobrir as despesas com o presente Termo Aditivo é de R\$ 562.248,00 (quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito reais). Programa de Trabalho: 10.126.6007.2557.2603. Elemento de Despesa: 33.90.39. Fonte de Recursos: 100. Assinam: Pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares – Diretora Presidente e pela Contratada Gustavo Ferreira Adorno

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: CPD – ELETRICIDADE, REFRIGERAÇÃO E REFORMA CIVIL LTDA. CNPJ 03.498.870/0001-20. Objeto: Objetiva prorrogar o prazo de vigência do Contrato originário por mais 12 (doze) meses. Processo 063.000.063/2013. Valor: O valor para cobrir as despesas com o presente Termo Aditivo é de R\$ 239.938,88 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos). Programa de Trabalho: 10.122.6007.8517.0077. Elemento de Despesa: 33.90.30. Fonte de Recursos: 138. Assinam: Pela Contratante: Beatriz Mac Dowell Soares – Diretora Presidente e pela Contratada: Clayton Jesus Rolim

FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Quarto Termo de Apostilamento ao Convênio nº 08/2012-SES. CONVENIENTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, A FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE e a instituição de ensino SANTANA INS-

TITULO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LTDA, mantenedora da FACULDADE L.S. OBJETO: fixar o valor da contrapartida a cargo da mantenedora, referente à efetiva execução do estágio no 2º semestre de 2013 no valor de R\$ 17.013,00 (dezesete mil e treze reais), conforme Planilha de Apuração de Contribuição (fls. 431/435 e 437 – Processo nº 064.000367/2011-Fepecs) DESPESA DE PUBLICAÇÃO: FEPECS. A FEPECS e CONTRATADA sujeitar-se-ão às normas da Lei nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais. DATA DE ASSINATURA: 06/05/2014. PELA SES e FEPECS: ELIAS FERNANDO MIZIARA. PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: SAYONARA SANTANA DE FRANÇA

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

EDITAL Nº 09, DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ADIRETORA GERAL DA ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE, no uso das atribuições regimentais, considerando a Lei nº 3.361, de 15 de junho de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 25.394, de 1º de dezembro de 2004, e à vista da Instrução FEPECS nº 8, de 27 de março de 2008, publicada no DODF de 28 de março de 2008, e da Instrução FEPECS nº 11, de 17 de junho de 2013, publicada no DODF de 25 de junho de 2013, considerando o Processo Seletivo para Admissão de Estudantes do Sistema de Reserva de Vagas, matriculados na ESCS, no Programa Bolsa Universitária para o ano letivo de 2014, objeto do Edital nº 06, de 11 julho de 2014, publicado no DODF de 16 de julho de 2014, RESOLVE:

1. HOMOLOGAR, na forma do Anexo Único, o resultado final do Processo Seletivo para Admissão de Estudantes do Sistema de Reserva de Vagas, matriculados na ESCS, no Programa Bolsa Universitária para o ano letivo de 2014.

1.1. A relação dos estudantes que foram admitidos no Programa Bolsa Universitária para o ano letivo de 2014 está ordenada por número de inscrição, nome e matrícula.

2. CONVOCAR os estudantes nominados no Anexo Único para Apresentar o Termo de Compromisso.

2.1. Nos termos do Edital Normativo nº 06, de 11 de julho de 2014, publicado no DODF de 16 de julho de 2014, o estudante convocado deverá comprometer-se a cumprir as normas estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor por meio do Termo de Compromisso (disponível no endereço eletrônico <http://www.fepecs.edu.br/index.php/processo-seletivo>), assim como apresentar cópia do documento oficial de identidade e do CPF.

2.1.1. O Termo de Compromisso e a cópia do documento de Identidade e do CPF deverão ser entregues na CPS FEPECS, situada no Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 03, Conjunto A, Bloco 01, Edifício FEPECS, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h às 18h, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados após a data da publicação da homologação do resultado final do presente processo seletivo.

2.1.2. O Termo de Compromisso deverá ser assinado, exclusivamente, pelo estudante.

2.1.3. A cópia do documento oficial de identidade e do CPF deverá ser autenticada em cartório ou mediante a apresentação dos originais.

2.1.4. O Termo de Compromisso e a cópia dos documentos poderão ser entregues por representante legal (procurador) que deverá apresentar procuração específica para esse fim acompanhada de cópia legível do documento oficial de identidade e do CPF do procurador. Esses documentos serão retidos.

2.1.5. O estudante que não apresentar o Termo de Compromisso e os documentos pessoais, conforme estabelecido no item 9 deste Edital, não será admitido no Programa Bolsa Universitária.

MARIA DILMA ALVES TEODORO

ANEXO ÚNICO

1, EDILAMAR GONÇALVES BARBOSA, 90016; 2, RENATO DE LIMA, 140283; 3, ANDRÉ LUIZ TORRES DA SILVA, 140243; 4, ÁGDA TAMIRES DA SILVA, 90013; 5, RAYSSA DOS SANTOS SIQUEIRA, 140282; 6, MATEUS LOPES DO NASCIMENTO, 140202; 7, IZABELLA MACÊDO GALVÃO, 14190; 8, WALESSA CARVALHO GOMES, 140212; 9, SINTIA CINARA DE FRANÇA LIMA, 140280; 10, VANUBIA CAXIADO LACERDA, 110050; 12, KAREN CRISTINA ARAÚJO DE FREITAS, 140268; 13, LUCAS MARTINS ROCHA, 140274; 14, GABRIEL CACTUS MORENO REBOUÇAS, 130108; 15, LIVIA MENDES MONTOYA LAZO, 140270; 16, JULIANA CARVALHO FARIAS, 140265; 17, LUCAS MACEDO ALVES, 140273; 18, RAFAEL SANCHES FERREIRA, 120136; 21, JÉSSICA BRANDÃO SILVA, 120078; 22, PRISCYLLA TEIXEIRA DE MELO, 120106; 24, TALITA FERREIRA DE PAIVA, 140208; 25, ELPIDIO ANTÔNIO DE SOUZA NETO, 140189; 27, JAQUELINE BARBOSA DE ABREU, 140191; 29, ELIANE JOAQUINA DE JESUS, 140129; 30, KAROLINA CLARA DA SILVA GOMES, 130058; 31, STEFÂNIA DAS GRAÇAS SOUSA DE CAMPOS, 140332; 34, BRUNA RODRIGUES PEREIRA DE VASCONCELOS, 140176; 36, PEDRO THIAGO HIDEYUKI TAKAGI, 120142

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕESEXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2014
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo 053.001.492/2014. CBMDF Partes: CBMDF x HELIBRÁS – Helicópteros do Brasil. CNPJ: 20.367.629/0001-81. Objeto: Contratação de empresa para treinamento de piloto – Ground

13.08.2014; SILVERIA MARIA MENDONÇA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 173.802-X, no dia 18.08.2014; GISELE DE SOUZA FARIAS, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 142.851-9, no dia 14.07.2014.

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE, nos termos do artigo 96, da Lei nº 840/11, a LUCAS PEREIRA DA SILVA, Médico - Pediatria, matrícula 199.664-9 Dependente (natimorto); POLLYANA DA SILVA VICENTE, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 1443.425-X Dependente - Breno da Silva Ribeiro; FRANCHILEUDA DA SILVA, Ag. Comunitário de Saúde, matrícula 155.558-8 Dependente - Larissa Mariane Silva Nascimento; GIOVANI COLLI, Motorista, matrícula 1440.129-0 Dependente - Sarah Beatriz de Aguiar Colli.

CONCEDER LICENÇA NOJO, nos termos do Art. 62, inciso III "b" da Lei nº 840 de 23 de dezembro de 2011, a SILVANETH SILVA, Enfermeira, matrícula 183.959-4, no período de 12 a 19.08.2014, devido ao falecimento de sua irmã, NEILSON COSMO DE BRITO, Técnico Administrativo, matrícula 1443.407-5, no período de 12 a 19.08.2014, devido ao falecimento de seu pai. AUTORIZAR A DISPENSA DE PONTO dos servidores: HUGO MIGUEL QUIRINO, Médico - Ort e Traumatologia, matrícula 152.657-X, para participar do evento "4º Simposio Internacional de Trauma de Joelho - 4th International Symposium on Knee Trauma", a realizar-se em Ribeirão Preto/SP, no período de 17 a 21.09.2014. Processo 282.000.432/2014; BIANCA RODRIGUES SILVA, Médico - Clínica Médica, matrícula 142.253-7, para participar do evento "XXXVII Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia", a realizar-se em Gramado/RS, no período de 06 a 12.10.2014. Processo 282.000.422/2014; HYGOR ALESSANDRO FIRME ELIAS, Enfermeiro, matrícula 159.175-4, para participar do evento "Ecos da Conferência da Pesquisa à Ação", a realizar-se em Rio de Janeiro/RJ, no período de 13 a 17.10.2014. Processo 282.000.424/2014; RODRIGO BRAZ DE QUEIROZ, Médico - Urologia e Cirurgia Geral, matrículas 1435.456-X e 163.920-X, para participar do Evento "16ª Conferência Mundial de Medicina Sexual", a realizar-se em São Paulo/SP, no período de 07 a 13.10.2014. Processo 282.000.435/2014; VANEIDE TEIXEIRA DE LUNA, Terapeuta Ocupacional, matrícula 129.700-7, para participar do evento "I congresso Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos", a realizar-se em Ribeirão Preto/SP, no período de 05 a 09.11.2014. Processo 282.000.423/2014; ULISSES PAULO COSTA, Médico - Urologia, matrícula 1441.616-6, para participar do Evento "XIII Congresso Paulista de Urologia", a realizar-se em São Paulo/SP, no período de 02 a 07.09.2014. Processo 282.000.449/2014; REGINA A. FONTES VON KIRCHENHEIN, Médico - Reumatologia, matrícula 1441.558-5, para participar do evento "XXXI Congresso Brasileiro de Reumatologia", a realizar-se em Belo Horizonte/MG, no período de 30.09 a 05.10.2014. Processo 282.000.450/2014; ANDRÉ ARAÚJO DE MEDEIROS SILVA, Médico - Cirurgia Geral, matrícula 193.197-0, para participar do evento "63º Congresso Paulista de Coloproctologia", a realizar-se em Brasília/DF, no período de 17 a 20.09.2014. Processo 282.000.446/2014; UBIRAJARA VIEIRA MENDES, Médico - Cirurgia Geral, matrícula 169.751-X, para participar do Evento "63º Congresso Brasileiro de Coloproctologia", a realizar-se em Brasília/DF, no período de 17 a 20.09.2014. Processo 282.000.448/2014; HAMILTON BARBOSA JUNIOR, Médico - Gineco e Obstetrícia, matrícula 140.521-7, para participar do Evento "XIX Congresso Paulista de Obstetrícia e Ginecologia da SOGESP", a realizar-se em São Paulo/SP, no período de 03 a 07.09.2014. Processo 282.000.379/2014 Tornar sem efeito, na Ordem de Serviço nº 15 de 15.07.2014, publicada no DODF nº 154 de 30 de julho de 2014, pag. 50, o ato que autorizou a dispensa de ponto de JANICE BAUAB DE ASSIS, Médica - Gineco e Obstetrícia, matrícula 1440.284-X, devido a servidora ter desistido da participação no evento "XIX Congresso da SOGESP" que seria realizado em São Paulo/SP, no período de 3 a 7.9.2014. Processo 282.000.342/2014.

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, nos termos do artigo 139, da Lei Complementar nº 840 de 26 de Dezembro de 2011, a MAGNO JORDAO DE MELO, Motorista, matrícula 134.942-2, 4º quinquênio, período de 18.08.2009 a 16.08.2014, processo 061.042.147/2009; PEDRITA D.A.C. S. P. MONTENEGRO, Med. Da Família e Comunidade, matrícula 156.114-6, 1º quinquênio, período de 30.06.2006 a 28.06.2011; SELMA MARIA REIS COSTA, Odontologia, matrícula 180.158-9, 1º quinquênio, período de 06.07.2009 a 03.07.2014.

RETIFICAÇÃO

Na Ordem de Serviço de 1º de fevereiro de 2001, publicada no DODF nº 28, em 8 de fevereiro de 2001, página 25, que concedeu Licença Prêmio por Assiduidade a MIRIAM TOMKOWSKI WALTON, Médico - Ort e Traumatologia, matrícula 134.313-0, ONDE SE LÊ: "1º - 16.05.94 a 15.05.99 a 15.05.99", LEIA-SE: "1º quinquênio, período de 16.05.1994 a 14.05.1999".

Na Ordem de Serviço Nº 17 de 06 de agosto de 2014, publicada no DODF nº 167, de 15 de agosto de 2014, pag. 34, que concedeu a Licença Prêmio por Assiduidade a CLAUDIA DA SILVA MOTA, Médico - Pediatria, matrícula 134.633-4, ONDE SE LÊ: "2º quinquênio, período de 03.07.2004 a 01.07.2009", LEIA-SE: "3º quinquênio, período de 03.07.2004 a 01.07.2009".

COORDENAÇÃO GERAL DE SAÚDE DO RECANTO DAS EMAS

ORDEN DE SERVIÇO Nº 16, DE 25 DE AGOSTO DE 2014.

O COORDENADOR GERAL DE SAÚDE DO RECANTO DAS EMAS, DA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso II, da Portaria nº 61, de 30 de março de 2009, publicada no DODF de 1º de abril de 2009, RESOLVE:

CONCEDER licença prêmio por assiduidade, nos termos da Lei Complementar 840 de 23 de dezembro de 2011, Art. 139, ao servidor JEAN PAUL FRAUSSAT DE LIMA, Técnico Administrativo, matrícula 179142-7, 1º Quinquênio: 22/06/2009 a 20/06/2014;

CONCEDER afastamento de oito dias consecutivos, nos termos da Lei Complementar 840 de 23 de dezembro de 2011, Art. 62, inciso III, alínea a, por motivo de casamento, a servidora ALESSANDRA GARCÊS CELESTINO, Psicóloga, matrícula 1434649-4, de 05/08/2014 a 12/08/2014.

FABIO ALAURI JACOB SABINO

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 164, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 35, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 34.539, de 31 de julho de 2013, RESOLVE:

Art. 1º Designar ANTÔNIO CARLOS FERNANDES LOPES, matrícula 1.401.888-8, como Executor e RAPHAEL BRITO DA SILVA COUTO, matrícula 1.401.908-6, como Executor Substituto do Contrato nº 042/2014-AJUR/FHB, objeto do processo 063.000.248/2013.

Art. 2º Designar PAULO DOS REIS, matrícula 133.519-7, como Executor e HYSNARA GOMES LIMA, matrícula 1.401.867-5, como Executor Substituto do Contrato nº 043/2014-AJUR/FHB, objeto do processo 063.000.159/2013.

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 21 DE AGOSTO DE 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento aprovado pelo Decreto nº 28.691, de 17 de janeiro de 2008, RESOLVE: AUTORIZAR, com fundamento no inciso III, do artigo 19, do Decreto nº 29.290, de 22 de julho de 2008, o deslocamento a cidade do Rio de Janeiro/RJ, de LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAUJO, Agente Penitenciário, matrícula 42.148-0, CARLOS JUSTINO DE MELLO, Agente Penitenciário, matrícula 42.147-2, FRANCISCO GUSTAVO NASCIMENTO DE ABREU, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula 197.769-5 e PABLO PERRON MIRHON, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula 192.238-6, no período de 25 a 30/08/2014, a fim de participarem, na qualidade de instrutores, do Estágio de Intervenção Carcerária para policiais militares da PMERJ, sem ônus para o Distrito Federal, a exceção da remuneração.

PAULO ROBERTO BATISTA DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

ORDEN DE SERVIÇO Nº 352, DE 22 DE AGOSTO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo art. 255 da Lei Complementar nº 840/2011, e, subsidiariamente, por meio da Portaria Conjunta-SSP/PCDF nº 003/2000, alterada pela Portaria Conjunta-SSP/PCDF nº 21, de 10 de fevereiro de 2003, art. 1º, item 10, publicada no Diário Oficial nº 34, de 17 de fevereiro de 2003, RESOLVE: Referência: Sindicância nº 017/2014-SESIPE. Sindicado EDY CARLOS MARTINS BRITO DE SOUSA, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula nº 176.042-4. Trata-se de Pedido de Reconsideração interposto pelo servidor EDY CARLOS MARTINS BRITO DE SOUSA, Agente de Atividades Penitenciárias, matrícula nº 176.042-4, no qual o servidor, inconformado com a sanção disciplinar de 10 (dez) dias de suspensão, publicada no DODF nº 152 de 28 de julho de 2014, que lhe foi aplicada pela prática da transgressão disciplinar tipificada no art. 191, inc. IV da Lei Complementar distrital nº 840/2011, (São infrações médias do grupo I - (...) IV - praticar ato incompatível com a moralidade administrativa.), em razão de haver no dia 20.09.2013, feito uso indevido da arma de fogo a ele acautelada para o exercício das suas funções, efetuando disparo em via pública, expondo a integridade física dos que ali circulam e de MIGUEL FELIPE MONTEIRO QUARESMA, o qual estava sendo abordado e ameaçado pelo servidor, o que resultou na prisão em flagrante do Agente supra. Solicita o acolhimento das razões do pedido formulado. Cumpre destacar que o pedido foi indeferido em razão de não haver no mérito nenhuma discussão referente a fato novo e/ou relevante que motive uma reflexão e modificação da decisão anterior. Apenas contesta eventual afronta ao princípio da isonomia, trazendo à baila um fato correlato que ainda está em processo de julgamento por parte desta SESIPE, onde outro servidor efetuou disparo de arma de fogo em via pública, estando este respondendo por infração de natureza leve, cuja sanção correspondente é a de advertência, a priori, o que não impede de ser majorada em suspensão, se as circunstâncias assim justificarem. Ocorre que, apesar do fato ser correlato, não há o que se falar em semelhanças entre os dois casos, suas circunstâncias em muito divergem, não podendo ser usado o episódio correlato como argumento de defesa, em razão de ainda estar sob julgamento. Ante o exposto, INDEFIRO o presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

CLAUDIO DE MOURA MAGALHÃES